



## Política de educação no Brasil contemporâneo


**Josiane Soares\***

 <https://orcid.org/0000-0001-6846-4424>

**Laurinete da Silva\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-2973-7220>

**Loiva Mara de Oliveira Machado\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>

**Rodrigo Teixeira\*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-2993-5294>

Quando lançamos essa chamada para o número 47 da Revista *Temporalis*, há meses, não poderíamos imaginar que sua editoração e publicação seriam oportunamente conjugadas

---

\*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [josiane.soares@ufrn.br](mailto:josiane.soares@ufrn.br)

\*\*Assistente Social. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, Fortaleza, Brasil). Professora do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERR, Roraima, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [laurinetersilva@gmail.com](mailto:laurinetersilva@gmail.com)

\*\*\*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [loivadeoliveira@gmail.com](mailto:loivadeoliveira@gmail.com)

\*\*\*\*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Rio das Ostras, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [rodrigotersocial@gmail.com](mailto:rodrigotersocial@gmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n47p7-14



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

a um momento conjuntural em que a política de educação está “na ordem do dia” no Brasil.

O reconhecimento de que essa política pública, disposta como direito universal à população brasileira, tem problemas crônicos a serem enfrentados é praticamente uma unanimidade em todos os espectros políticos que disputam espaços institucionais de poder no país. Já não se pode dizer o mesmo quanto à identificação concreta desses problemas e, muito menos, quanto às propostas para tais enfrentamentos.

A educação deve ser vista para além do letramento formal (Freire, 2000) ou da formação para o mercado de trabalho. Sem deixar de contemplar essas características, é preciso enfatizar a existência, na sociedade brasileira, de uma disputa para que a educação, em todos os níveis, seja um espaço mais amplo onde se formem seres humanos autônomos, sendo o desenvolvimento do pensamento crítico condição imprescindível para tal. Esse nos parece o epicentro das divergências no diagnóstico dos problemas presentes na política de educação do Brasil contemporâneo e que se encontram em debate nesta edição.

Não há como abstrair que o direito à educação tem sido negado historicamente a boa parte da população brasileira. Basta observar o persistente analfabetismo real (5,6%) e funcional (estimado em  $\frac{1}{3}$  da população escolarizada) que, por sinal, é composto por maioria de pessoas negras e residentes em regiões periféricas de Cidades do Norte e Nordeste (Rodrigues, 2023). Podemos citar os também persistentes índices de evasão escolar nos níveis de ensino Fundamental e Médio mantendo o “funil” dos/as que conseguem ingressar no Ensino Superior, apesar das cotas sociorraciais já terem alterado um pouco esse panorama nos últimos 11 anos.

Determinações decorrentes de um intrincado conjunto de expressões da “questão social” concorrem para a persistência desses índices, entre as quais destacamos o modo como as famílias conseguem (ou não) atender suas necessidades de reprodução social. As situações de insegurança alimentar se agravaram no Brasil desde a pandemia de Covid-19 e continuam sendo mantidas por um cenário de altos índices de desemprego - 7,8% em fevereiro/2024, de acordo com o IBGE (2024), além do crescimento de ocupações precárias e informais para aproximadamente 40% da população economicamente ativa.

Considerando a baixa renda geralmente obtida por trabalhos dessa natureza e sua instabilidade, logicamente a pobreza e a pobreza extrema no Brasil seguem afetando um percentual altíssimo — respectivamente 31,6% e 3,5% famílias (IBGE, 2024). Nessas condições de reprodução social, crianças, adolescentes e jovens continuam, portanto, sendo levados/as a deixar de estudar para trabalhar e, desse modo, complementar as rendas familiares. Os/as que seguem estudando, encontram inúmeras dificuldades para fazê-lo nesse dia a dia marcado por tantas violências e violações de direitos dentro de suas casas e nas áreas de moradia periférica em que residem, seja em ambientes urbanos ou rurais.

Tampouco é possível abstrair as precárias condições de funcionamento de muitas escolas e universidades em todos os quadrantes do país devido à disputa política que incide na destinação do orçamento público. Trata-se de insuficientes insumos destinados ao

financiamento de itens básicos (como mobiliário, material didático e merenda escolar) e também à remuneração e carreira do magistério, historicamente reconhecida e, quase “naturalizada”, como uma ocupação que recebe baixos salários. Nesse cenário, a qualidade do ensino ofertado no Brasil está sempre aquém do que deveria, levando-nos a refletir sobre como esses problemas têm sido enfrentados.

Em mais de 30 anos sendo hegemônico pelas diretrizes neoliberais de gestão, o Estado brasileiro forjou, no caso da política de educação, uma regulação privatista e preocupada em atingir as metas e indicadores impostos por organismos internacionais sem o devido aporte orçamentário para seu financiamento, como se isso fosse o equivalente a promover ensino de qualidade. Referimo-nos, por exemplo, aos índices de massificação do acesso ao ensino e relativização de padrões avaliativos e de conteúdos que caracteriza a vigência da LDB de 1996, por meio de dispositivos como o Ensino a distância e, mais recentemente, o chamado “Novo Ensino Médio” (NEM).

Olhando isoladamente os indicadores educacionais, como número de matrículas, índices de analfabetismo e repetência talvez a impressão seja de que os problemas crônicos supramencionados estejam se reduzindo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) (Rodrigues, 2023), a taxa de analfabetismo no Brasil registrou queda de 0,5 ponto percentual entre 2019 e 2022. Porém, numa observação mais atenta desse mesmo período, trabalhadores e trabalhadoras da educação alertam que esses números, em geral, apenas mascaram a dura realidade da falta de qualidade da educação no país.

Por isso mesmo, organizações sindicais do setor da educação e também o movimento estudantil têm protagonizado enfrentamentos de diversas ordens com o poder público para sinalizar que os rumos da gestão da educação brasileira precisam se alterar. Assim, foram construídas inúmeras greves, paralisações e ocupações de escolas e universidades em busca de dar centralidade aos anseios da classe trabalhadora nesse campo. Sendo mobilizados, muitas vezes, por questões salariais esses movimentos as extrapolam e procuram debater propostas para a oferta de educação pública, de qualidade, laica e socialmente referenciada em todos os níveis.

Vivemos, entre 15 de abril e 23 de junho de 2024 mais uma greve nacional da educação Federal adensada por greves de trabalhadores/as da educação em diversos estados e municípios do Brasil. Saindo de um período de “trevas” e negacionismo no nível da gestão Federal, retomaram-se espaços democráticos de negociação que precisam ser reconhecidos como parte das soluções para superar os problemas da educação. Tem sido historicamente pela via da luta de classes que se pode avançar em conquistas e direitos nos limites do Estado capitalista ainda que, em seus momentos de crise mais aguda, observemos a democracia ser total ou parcialmente “sacrificada” em nome de gestões tecnocráticas e autoritárias.

Em outro quadrante desse mesmo cenário, a luta recente de assistentes sociais e psicólogos/as pelo seu reconhecimento como profissionais da educação também é parte dos debates necessários a um processo mais efetivo de democratização dessa política pública. A promulgação da Lei nº 13.935/2019 representa a culminância de um processo de lutas, iniciado em 2007, em busca do reconhecimento das interfaces entre “questão

social” e questão educacional. A sua aprovação, ao mesmo tempo em que regulamenta um trabalho que já vinha sendo realizado por profissionais de Serviço Social em diversas instituições da área educacional, possibilitará ampliar o alcance desses serviços e impactar, de algum modo, a qualidade do ensino por meio de uma interação mais sistemática entre escola e comunidade pautando os fatores necessários para assegurar não apenas o ingresso, mas a permanência de estudantes nas instituições educacionais.

Nítido está, portanto, que a educação, como outras políticas públicas, está no epicentro das lutas sociais do Brasil contemporâneo. Juntamente com outros complexos sociais, a educação é condição primordial para avançar em um projeto de nação autônomo e soberano, considerando os aportes da pesquisa e do conhecimento científico para o avanço das forças produtivas e das formas de organização social.

Por tudo isso, entendemos que a oportunidade de divulgar pesquisas e produções acadêmicas dessa importante trincheira de lutas, dentro e fora do Serviço Social, faz desse número da Temporalis uma edição sintonizada a essa conjuntura socio-histórica, conforme afirmado no início desse editorial.

No espectro teórico-político que envolve as diversas temáticas abordadas nesse número da Temporalis sobre o tema da educação no Brasil, temos, um fio condutor: a perspectiva crítica que marca os diálogos, “jogando luzes” sob problemas estruturalmente presentes na política de educação, mas também sob alguns de seus “novos” desafios — entre os quais a consolidação das experiências de trabalho de assistentes sociais em curso nesse espaço ocupacional.

Os primeiros seis artigos da seção temática dessa edição e também a entrevista trazem análises sobre o que são considerados alguns dos problemas estruturais da política pública de educação no Brasil. A questão do desfinanciamento público progressivo da educação superior e sua direção privatista é objeto de debate no texto “A AUSTRERIDADE COMPROMETENDO O FUTURO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA FUNÇÃO SOCIAL”, de autoria de Simone Silva e Roberto Leher. Nesse mesmo escopo, mas enfatizando as dificuldades nos últimos 20 anos pela CAPES como órgão de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia, Daniella Borges Ribeiro e Edineia Figueira dos Anjos Oliveira abordam “A DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS DA CAPES EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS”.

Na perspectiva de visibilizar as lutas contra o desfinanciamento da educação, o artigo “PRIMAVERA SECUNDARISTA: RESISTÊNCIA E REAÇÃO VIOLENTA DO ESTADO BRASILEIRO”, de autoria de Andressa Kolody, Felipe A. Demier e Maria Inês Souza Bravo nos relembra desse movimento, surgido como reação a uma série de impactos da racionalidade neoliberal na educação. Além disso, os/as autores/as enfatizam as tendências autoritárias presentes nas respostas do Estado às movimentações democráticas da sociedade brasileira. Ainda com a intencionalidade de demarcar as resistências em torno da flexibilização curricular neoliberal e em favor da educação de qualidade, a entrevista dessa edição foi realizada com o ANDES-SN, uma das entidades que protagonizou a mais recente greve na Educação Federal. Tratamos com Gustavo Seferian, atual presidente do ANDES-SN, sobre as lutas pela revogação da Lei nº 13.415/2017, conhecida como “Novo Ensino Médio” (NEM). O professor explica as principais contraposições à vigência da Lei e suas consequências na formação das atuais e

futuras gerações, posicionando inclusive o atual Governo Federal brasileiro diante dessa agenda.

Refletindo as características presentes na formação social do país, o artigo “DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA”, escrito por Kátia Lima, recupera os fundamentos do elitismo que, historicamente marca o acesso ao ensino superior. Sob uma angulação mais contemporânea as autoras Carla Rosane Bressan; Ariadne Rinaldi da Rosa Saratt e Alice Mendes Rodrigues da Silva destacam a “DESIGUALDADE EDUCACIONAL E IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SEGUNDO A IMPRENSA DIGITAL”. Nele estão situadas questões relacionadas ao aprofundamento da violação dos direitos humanos vivenciadas no primeiro ano da pandemia entre crianças e adolescentes negros/as e suas famílias que habitam as comunidades periféricas.

O sexto artigo da seção temática – “INCONSISTÊNCIA NA PUBLICIZAÇÃO DE DADOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: IMPLICAÇÕES E REFLEXÕES” das autoras Luciana da Silva Rodrigues; Rely Amaral Ribeiro; Talita Ketlyn Costa Cabral e Viviane Oliveira de Melo – explora, por meio de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas (UNINTER) os problemas no cumprimento da legislação brasileira sobre acesso à informação no que diz respeito publicização de dados da Política Pública de Educação nos sites das Secretarias de Educação dos estados Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Tomando a desigualdade racial na educação como uma questão central, os três artigos seguintes problematizam as políticas de reparação existentes no Brasil contemporâneo e alguns dos desafios à sua implementação. No artigo “COTAS RACIAIS NO BRASIL: DELINEAMENTOS HISTÓRICOS”, Carmen Corato e Thulio Silva de Moraes recuperam o protagonismo dos Movimentos Negros na pressão exercida sob o Estado para a promulgação da Lei nº 12.711/2012. Já no artigo “NOVOS (VELHOS) DILEMAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS: HETEROIDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL”, Natália Silva Borges se debruça sob um dos instrumentos constitutivos da operacionalização das cotas raciais, elencando polêmicas e debates em torno de sua institucionalização concreta nas Universidades brasileiras. Por fim, o texto “AÇÕES AFIRMATIVAS E A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO ACADÊMICO NO BRASIL”, de Sheila Dias Almeida, sublinha aspectos históricos do racismo na educação e da implementação das ações afirmativas no Brasil para contextualizar seus resultados contemporâneos e as disputas em torno da função social das Universidades.

Diante de um contraditório cenário de expansão do acesso, por meio das ações afirmativas e, simultaneamente, do contingenciamento orçamentário neoliberal, as fragilidades das políticas federais de permanência existentes estão presentes nos dois artigos seguintes. Em “QUARTO DE DESPEJO” ACADÊMICO: ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS, Gizele Marques Silva e Juliana Desiderio Lobo Prudêncio observam uma analogia entre elementos da famosa obra de Carolina Maria de Jesus e os locais destinados aos/as estudantes não assistidos/as ou parcialmente assistidos/as em suas necessidades colocando em relevo a falta de efetividade das formas de enfrentamento às dificuldades de sobrevivência desse público nas Universidade públicas Federais. Similar preocupação aparece no artigo de Renata Pacheco Abreu “REFLEXÕES SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EVASÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ”. Suas análises, postas num contexto institucional

específico, avançam na associação entre as dificuldades de permanência e dados sobre evasão escolar pensando os limites da política de assistência estudantil nesse binômio.

O trabalho de assistentes sociais na política de educação e as lutas pelo seu reconhecimento como profissional da área, por meio da implementação da Lei nº 13.935/2019 são tema de seis dos artigos dessa edição e oferecem uma amostragem da qualificada tendência de sistematização dos dilemas presentes não apenas no trabalho, mas também na organização política dessa categoria profissional.

No campo do trabalho profissional o artigo “TENDÊNCIAS E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A EDUCAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL” de autoria de Erika de Oliveira Silva, oferece uma síntese da produção acadêmica sobre educação no Serviço Social e investiga o trato teórico e analítico conferido ao tema no período de 2007 a 2017. Em seguida, o texto “O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL”, das autoras Fabiana Aguiar de Oliveira e Silvia da Silva Tejedas, parte do direito à educação de qualidade e de sua desigual construção no Brasil para situar ações do Ministério Público do Rio Grande do Sul em conjunto com sua assessoria técnica em Serviço Social em prol da efetivação desse direito. Nos marcos da Lei nº 13.935/2019 esses entes sublinham possíveis contribuições do Serviço Social ao campo da educação, tais como assessoria aos processos de planejamento participativo das escolas e o seu fortalecimento como ator da rede intersetorial, entre outros, numa direção democrática e humanista. Ainda acerca do trabalho profissional na educação, Eliana Bolorino Canteiro Martins e Marco Antonio Diniz Bastianini retomam o tema da operacionalização de políticas de assistência estudantil, uma das mais consolidadas demandas da área, com foco na avaliação socioeconômica e nos embates institucionais para assegurar seu alinhamento às intencionalidades do projeto profissional no artigo “SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA E INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL”.

Dois dos artigos que abordam o Serviço Social na educação tomam por centralidade a luta e as estratégias políticas pela implementação da Lei nº 13.935/2019. Por meio do texto “A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM SANTA CATARINA” as autoras Débora Ruviaro, Elisônia Carin Renke Flávia de Brito Souza apresentam um relato de experiência acerca das estratégias e do protagonismo político do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 12ª Região (SC) nos resultados obtidos para efetivar, por meio de lei específica, a inserção de assistentes sociais e psicólogos na Educação no referido estado. Também objetivando contribuir para a efetivação da mesma lei, Wagner Amaral, Juliana Melim e Gabriela Greinert Gomes nos convidam pensar na “FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI nº 13.935/2019”. Destacam as/os autoras/es a contribuição das entidades nacionais que mobilizam tanto o Serviço Social quanto a Psicologia na área da educação no país e ressaltam a necessidade de estimular a capacidade crítica, propositiva e um perfil profissional capaz de atuar de acordo com esse projeto de formação profissional nos diversos espaços socio-ocupacionais, especialmente na educação.

Por fim, o artigo “IMPACTOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL”, de Ana Lúcia Suaréz Maciel, retoma um dos debates recentes mais caros à tradição crítica do Serviço Social brasileiro e suas entidades representativas

objetivando subsidiar, por meio dos resultados de pesquisa realizada entre 2021 e 2023, o conhecimento e enfrentamento dessas determinações.

A educação e outros ângulos de reflexão acerca do Serviço Social compõem também entre os “temas livres” da presente edição.

Por meio do artigo “EDUCAÇÃO PERMANENTE, VIOLÊNCIA E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”, Mariana Setúbal Nassar de Carvalho, Rodrigo Silva Lima, Tatiana Maria Araújo da Fonseca e Vanessa Cristina dos Santos Saraiva socializam a proposta de educação permanente destinada a profissionais que atendem situações de violência contra crianças e adolescentes em territórios do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de experiência do Núcleo de Apoio a Profissionais (NAP), situado no Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFFFiocruz).

Já a ênfase no Serviço Social comparece em três artigos: “SERVIÇO SOCIAL E ACOMPANHAMENTO SOCIAL: CAMINHOS CONCEITUAIS E PROFISSIONAIS de autoria de Ludson Rocha Martins; “COMBATE AO RACISMO, COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL: NOTAS AO DEBATE”, escrito por André Henrique Mello Correa e Leonardo Dias Alves, e ARTE COMO MEDIAÇÃO: DILEMAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL de Ricardo de Holanda Leão. A atualidade e relevância desses temas é indiscutível, aportando distintas contribuições ao acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que podem ser pensadas não apenas no campo da educação, como de outros espaços ocupacionais.

Dois outros artigos da seção de temas livres abordam o tema do trabalho. O texto “TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO EM MARX: ELEMENTOS PARA UM DEBATE EM ABERTO” de autoria de Albani de Barros e Manuella Aragão Pinheiro, sistematiza aspectos de pesquisa bibliográfica acerca das categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Tendo como fonte as formulações de Marx presentes no “Capítulo VI” (inédito); no “capítulo XIV de O Capital”; e no texto “Teorias da mais-valia”, expõem-se convergências e incongruências entre os textos marxianos bem como sua atualidade para a crítica radical à ordem do capital. O artigo “REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E CONSEQUÊNCIAS SOCIETÁRIAS” de autoria de Nilmar Francisco da Silva Santos e Sabrina Silva Zaccaron, aborda, a reestruturação produtiva como movimento de reorganização dos meios de produção e, simultaneamente, mudança no padrão de acumulação capitalista com ênfase na precarização do trabalho.

A seção finaliza com o artigo “AS CONTRADIÇÕES EXPRESSAS NOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS E O DIREITO À CIDADE: OS SUJEITOS E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM DEBATE”. Nele Roselene de Souza Portela, Lidiane Maria Siqueira David e Tiago Moraes Souza colocam em evidência reflexões críticas de moradores/as do bairro do Benguí (Belém-PA), acerca das transformações socioespaciais derivadas do “Programa de Implementação de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social”.

Esse número da Temporalis inaugura também uma nova seção na Revista. Denominada como “Homenagem”, seu objetivo é prestar reconhecimento público a profissionais e/ou registrar efemérides importantes para a área de Serviço Social. A primeira dessas

Homenagens destina-se ao Professor e intelectual argentino Ezequiel Ander-egg, falecido no último dia 19 de abril. Sua trajetória e contribuições são lembradas por meio do texto de Thauan José Pastrello Silva denominado “ANDER-EGG, O ARTISTA QUE ESCULPIA NUVENS”.

Em síntese, o que nos parece inconteste nessa edição da Temporalis é o amplo campo de conhecimento e ação que o tema da “educação” movimentou. Nesse sentido e observando o panorama das lutas pela qualidade da educação no Brasil contemporâneo, não temos como esquecer das contribuições de um dos maiores educadores desse país. Paulo Freire evidenciou os contornos essenciais que incidem sob a educação como práxis — capacidade humana que, independentemente da escolarização formal, faz de cada indivíduo simultaneamente educando e educador na dialética troca de saberes que está presente em cada ato da vida concreta. A editoração desse número nos ensinou muito e, ao tempo em que agradecemos cada autor(a) que se mobilizou para contribuir com os vinte e seis artigos dessa edição, esperamos que a inspiração coletiva resultante desse processo fortaleça a certeza de que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (Freire, 2000, p. 31). Boa leitura!

## Referências

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Criando sinergias entre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o G20. **Caderno Desigualdades**: primeiras análises. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102080>. Acesso em: 01 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

RODRIGUES, L. IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo: dados são da Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>. Acesso em: 06 maio 2024.